

PARA UMA ROTA DO VINHO VERDE NOS MOSTEIROS DE ENTRE DOURO E MINHO

GONÇALO MAIA MARQUES

*Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)
Bolsheiro de Doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian*

“Bouro ficava na vertente de uma montanha. O mosteiro apresentava-se com muros arruinados. Era uma lástima!

Junto à portaria depararam-se com uma espécie de galinheiro com uns casinhotos semelhantes a pocilgas.

Subiram umas escadas que davam acesso à porta da igreja.

Depararam-se, então, com um pelotão de sete monges, sem cogula, que os vieram receber!”

Aurélio de Oliveira – *Os primeiros turistas nas terras de Entre Douro e Minho e País Douro (1510-1545)*, p. 29.

Em qualquer ocasião e em qualquer lugar, ter a rota bem definida é ter um rumo traçado, é saber qual o caminho a seguir e a melhor forma de o percorrer.

Neste sentido, no universo turístico, é hoje em dia cada vez mais recorrente ouvir falar em rotas turísticas e percursos previamente gizados pelos operadores do sector, no sentido de facilitar ao consumidor do produto turístico o usufruto do “pacote” – enquanto conjunto de bens patrimoniais e de lazer que são fruídos pelo turista¹ – sem que este tenha que investir o seu tempo na escolha dos melhores locais para visitar, nos sítios a eleger para fazer as refeições e nos locais onde pernoitar.

Consciente deste pulsar do mercado turístico e das oportunidades que ele encerra, a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes (CVRVV) criou a chamada “*rota do vinho verde*”², onde integra os principais produtores/engarrafadores devidamente registados pela Comissão num conjunto de itinerários culturais e patrimoniais pelas várias sub-regiões que constituem a centenária região demarcada.

Desta forma, a CVRVV procura articular as seguintes vertentes:

¹ Veja-se, a título de exemplo, um estudo de articulação entre a Rota do Românico do Vale do Sousa e o Turismo do Douro, da autoria de Luís Carvalho (apresentado no âmbito da II edição da Pós-Graduação de Turismo, Ordenamento e Gestão do Território da Universidade Fernando Pessoa, em 2006) onde estas variáveis estão presentes. Cf. *Sítio da Rota do Românico do Vale do Sousa* (em linha) [URL: <http://www.rotadoromânico.com/SiteCollectionDocuments/Forma%C3%A7%C3%A3o%20RRVS-%20Turismo,%20Gest%C3%A3o%20e%20Ordenamento%20Territ%C3%B3rio/Ac%C3%A7%C3%A3o%202/Complementaridade%20entre%20a%20RRVS%20e%20o%20Turismo%20do%20Douro.pdf>], consultado a 3 de Novembro de 2009.

² Disponível na página <http://rota.vinhoverde.pt/> [domínio da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, consultado em 1 de Novembro de 2009]. As ligações doravante apresentadas são do mesmo dia.

- Conhecimento dos principais centros produtores de vinho verde, do ponto de vista geográfico
- Visita às quintas mais representativas e com mais tradição histórica de produção
- Possibilidade de potenciar a prova dos vinhos “*em contexto*” e visitas guiadas às quintas/adegas
- Panorâmica global do património cultural da região, seja através da visita aos monumentos e imóveis de interesse historico-patrimonial, ou da sugestão de restaurantes, adegas típicas e casas de pasto para a degustação de saberes e sabores regionais
- Dar visibilidade nacional e internacional ao vinho verde enquanto pólo agregador de outros fenómenos culturais e turísticos do Entre Douro e Minho

Acresce que, territorialmente – e como já foi referido – esta rota (ou, para ser mais preciso, conjunto de rotas que têm no vinho verde o seu denominador comum) está organizada em torno das várias sub-regiões:

- Ave
- Tâmega
- Sousa
- Cavado Nascente
- Cavado Poente
- Lima
- Minho
- Basto

O conceito global da rota é positivo – cria uma interação e uma dinâmica entre os produtores, os consumidores, os turistas e outros “*connaisseurs*” e “exploradores” dos segredos que a Região Demarcada tem para oferecer. Contudo, a sua divulgação não passa, ainda, pelos circuitos turísticos comerciais...

Dentro do conceito mais lato e global de uma “*rota do vinho verde*”, a CVRVV desenvolveu, igualmente, um conjunto de rotas temáticas³:

- Rota das Cidades e Vilas
- Rota das Serras
- Rota das Quintas
- **Rota dos Mosteiros**⁴
- Rota das Praias

³ Disponível na página <http://www.vinhoverde.pt/rotastematicas/index.html> [domínio da Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, consultado em 1 de Novembro de 2009].

⁴ Que inclui as seguintes casas monásticas: Tibães, Refojos de Basto, Arouca, Santo Tirso, Refóios do Lima e S. Gonçalo de Amarante.

Naturalmente, o perfil cada vez mais eclético da prática turística (desde o enoturismo, ao turismo rural, balnear, histórico, natural ...) faz com que o perfil do turista seja cada vez mais exigente, complexo e multifacetado⁵.

De entre a vasta plêiade de sugestões, elegemos a “*Rota dos Mosteiros*” como elemento catalizador de um programa turístico de promoção do vinho verde como ícone do Entre Douro e Minho⁶. Acreditamos que um dos factores mais relevantes de valorização do turismo na região dos vinhos verdes consiste no harmonioso e sólido casamento entre a sua História, o Vinho, a Gastronomia, as Estruturas Hoteleiras/Residenciais e a Hospitalidade minhota. Se estes ingredientes se misturarem num caldo chamado “*Rota dos Mosteiros produtores de Vinho Verde*”, teremos atingido o objectivo desta comunicação!

Como o título do nosso trabalho sugere, procuramos apresentar um conjunto de ideias e princípios que permitam a valorização e implementação de uma “rota” atractiva e operacional, mas cujo impacto efectivo vai exigir que as forças vivas da região e os interesses económicos sejam correctamente aliciados para a “venda” e promoção deste produto.

A ligação dos Mosteiros à produção de vinho verde é antiquíssima. Desde o século X, pelo menos, que a série documental *Portugaliae Monumenta Historica*, organizada e coligida por Alexandre Herculano, no seu volume “*Diplomata et Chartae*” dá indicação de vinhas pertencentes aos mais antigos cenóbios minhotos, com destaque para os Mosteiros de Santo Tirso, Vairão e Moreira da Maia⁷.

Com o advento da nacionalidade, a consolidação e afirmação dos grandes senhorios monásticos fizeram com que uma boa parte das melhores terras de vinha no Entre Douro e Minho estivessem na mão das diversas ordens religiosas que, desde o século X-XI se vinham afirmando no Noroeste. Neste particular, cumpre destacar a Ordem Beneditina e, mais tarde, a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.



Frontispício da colectânea “*Portugaliae Monumenta Historica*” – fonte: Universidade Aberta

⁵ LOCKWOOD, A. e MEDLIK, S. (coord.) – *Turismo e Hospitalidade no século XXI*. São Paulo: Manole, 2003.

⁶ Remetemos o leitor para o trabalho que apresentamos (já depois da entrega deste texto) no II Fórum Ibérico de Museologia da Educação, em conjunto com Conceição OSÓRIO, Helena VIEIRA, Henrique RODRIGUES e Marco RAMOS [URL: <http://www.fime2009.ipv.pt/index.php?section=27>].

⁷ CRUZ, António – *Notas sobre a cultura da vinha no Vale do Ave*. In “*O Vinho e a História Portuguesa*”. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida (co-edição da Academia Portuguesa da História), 1983.

A vocação agronómica dos monges beneditinos foi, indubitavelmente, uma arma poderosa na promoção do plantio e da cultura das vides, bem como no apuramento constante das técnicas vitícolas, introduzindo novas castas e investindo nas melhores formas de condução da vinha⁸.

Não parecem restar hoje grandes dúvidas que os Mosteiros desempenharam importante papel na afirmação gradual do vinho verde como o maior vinho regional e como um bem de exportação vendável para mercados como a Galiza, a Inglaterra e o Norte da Europa.

No nosso trabalho de doutoramento, estamos a proceder ao levantamento da documentação monástica existente nos Arquivos Distritais do Porto e Braga⁹ referente, precisamente, ao vinho. No caso do arquivo bracarense, a consulta dos “*Estados*” (relatórios trienais da actividade dos Mosteiros Beneditinos apresentados ao Capítulo Geral, em Tibães) permite compreender quais as principais casas produtoras, qual o seu volume de produção, que consumos próprios tinham, que vendas faziam ao exterior e que esforços e investimentos promoveram no sentido de tornar os proventos vinícolas cada vez maiores e mais substantivos.

É por isso urgente articular este conhecimento de natureza científica com o património existente na região, dando corpo à materialização de uma “*rota monástica*” dentro do enoturismo dos vinhos verdes. Essa é, precisamente, a proposta que aqui vamos deixar.

Parece-nos que a rota tem duas formas primordiais que deverão ser assumidas como prioritárias:

- **Uma rota geograficamente articulada**, nomeadamente no princípio orientador das sub-regiões demarcadas – que facilitaria a deslocação dos turistas através de concelhos e freguesias cujo património estaria descrito sumariamente (bem como todos os acessos e contactos)
- **Uma rota orientada segundo as diversas observâncias religiosas** e que levaria o turista a conhecer, dia a dia, os mosteiros pertencentes a uma determinada família monástica (Ordem Beneditina, Cónegos Regrantes de Santo Agostinho – vulgarmente denominados de “crúzios” e Ordem de Cister).

Reflectindo friamente, esta última opção implicaria “saltos” geográficos constituídos por avanços e recuos, que poderiam ser contraproducentes em face de uma linha mais homogénea e mais consistente do ponto de vista geográfico – ou seja, faz muito mais sentido, por exemplo, ver primeiro os Mosteiros Portuenses e depois os Bracarenses, sem ter que ir a Braga para depois regressar ao Porto e, eventualmente, voltar a Braga ...

⁸ OLIVEIRA, Aurélio de – *A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime*. In *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. 6, 1983, pp. 173-207. Disponível em na rede (em linha) através de [URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/bits-tream/10216/9444/2/587000066118.pdf>].

⁹ Sendo a Diocese de Viana do Castelo recente – e sendo, historicamente, as terras vianenses sujeitas à tutela da Arquidiocese de Braga – toda a documentação monástica existente na área geográfica da actual diocese encontra-se guardada no Arquivo Distrital de Braga (ADB).

Quanto à “arquitetura” da rede, pensamos que esta poderia aproveitar os percursos já existentes (no domínio das sub-regiões) e incluir a passagem pelos Mosteiros que, pela sua capacidade produtora e pelo seu investimento na vinha, merecem uma visita. Neste sentido, elegemos como prioritária a visita às seguintes casas monásticas:

Sub-região de Ave:

- Mosteiro de (S. Bento de) Santo Tirso
- Mosteiro de Roriz
- Mosteiro de Landim
- Mosteiro de Leça do Balio
- Mosteiro de Moreira da Maia
- Mosteiro de Vairão



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Santo Tirso, Roriz e Landim



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Leça do Balio, Moreira da Maia e Vairão

Sub-região de Tâmega:

- Mosteiro de Alpendurada
- Mosteiro de Ancede



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Alpendurada e Ancede

Sub-região de Sousa:

- Mosteiro de Cete
- Mosteiro de Bustelo
- Mosteiro de Paço de Sousa
- Mosteiro de Pombeiro
- Mosteiro de S. Gonçalo de Amarante



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Cete, Bustelo e Paço de Sousa



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Pombeiro e São Gonçalo de Amarante

Sub-região de Cavado Nascente:

- Mosteiro de Rendufe
- Mosteiro de Santa Maria do Bouro



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Rendufe e Bouro

Sub-região de Cavado Poente:

- Mosteiro de Tibães
- Mosteiro de Palme



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Tibães e Palme

Sub-região do Lima:

- Mosteiro de Carvoeiro
- Mosteiro de S. Romão do Neiva
- Mosteiro de Refóios do Lima
- Mosteiro de Ermelo



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Carvoeiro e São Romão do Neiva.



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Refóios do Lima e Ermelo.

Sub-região do Minho:

- Mosteiro de Ganfei



Mosteiros de Ganfei

Sub-região de Basto:

- Mosteiro de Refojos de Basto
- Mosteiro de Arnoia



Da esquerda para a direita: Mosteiros de Refojos de Basto e Arnoia

Na maior parte dos casos, os Mosteiros não apresentam – “*in loco*” – as condições necessárias ao desenvolvimento de um *turismo de massas*:

- falta, na maioria dos casos, informação histórica sobre a fundação do cenóbio, a sua evolução arquitectónica e patrimonial, para além da descrição do “recheio” dos conventos;
- falta um centro de recepção aos visitantes que poderia bem ser um pequeno “*centro de interpretação*” onde se percepcionam questões essenciais como o enquadramento religioso e territorial do Mosteiro no seu quadro dominial ou onde o visitante é acolhido e incentivado a explorar os “tesouros” que se lhe deparam (sendo-lhe distribuído um folheto e, quem sabe, um *bolinho de bacalhau*, um cálice de vinho verde ou um *doce conventual*);

- falta criar nos Mosteiros condições de dignidade e, mesmo, habitabilidade para potenciar este património como bem económico e social de eleição – não apenas do ponto de vista hoteleiro, mas igualmente como centro cultural, biblioteca/arquivo ou com outra função adequada; falta cativar mecenatos e outros apoios potenciadores de desenvolvimento económico para a região envolvente; enfim – há tanto por fazer...

Por outro lado, importa destacar um ponto nevrálgico: em Portugal, as indicações turísticas existentes nas estradas portuguesas são, na sua maioria, feitas para os habitantes locais e para os conhecedores, não para quem “vem de fora” e não conhece as realidades... Senão vejamos:

- Quantas vezes seguimos uma placa e percebemos que, em determinado momento, deixamos de ter qualquer indicação...?
- Quantas vezes as placas estão situadas em locais de pouca visibilidade, apresentam um tamanho (ou dimensão da letras) desajustado ou não apresentam direcções claras...?
- Quantas vezes nos frustra a inexistência completa de qualquer – **repito: qualquer** – indicação turística de interesse nos monumentos nacionais de maior importância...?

Se Portugal pretende apostar no turismo, mormente cultural, como a sua *indústria primordial* – e como “cluster” industrial porque, no fundo, desenvolve a montante e a jusante uma série de outras actividades económicas – deverá fazer um conjunto de investimentos importantes mas, sobretudo, assumir uma mentalidade mais empreendedora e informativa que crie redes e estabeleça parcerias¹⁰...

As visitas aos Mosteiros dão visibilidade ao nosso riquíssimo património religioso – talvez uma das fatias patrimoniais mais importantes do país – sendo indutoras da criação de inúmeros postos de trabalho:

- Guias turísticos (visitas guiadas às casas monásticas)
- Funcionários de secretariado, limpeza e manutenção
- Funcionários de hotelaria e restauração
- Funcionários especializados na gestão de eventos e serviços educativos

Por outro lado, parece-nos importante que a tutela – Ministério da Cultura – tenha uma visão estratégica deste património e não se limite a acorrer à sua salvação “*in extremis*”, dando provas de uma afeição particular pelos “serviços mínimos” que tanto caracterizam a gestão cultural no nosso país...

¹⁰ O Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), publicado em Diário da República a 20 de Janeiro de 2006, é um ponto de partida... mas muito caminho há a percorrer. Veja-se o documento na rede [URL: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Imprensa/Documentos%20e%20Links/Documents/Plano%20Estrat%C3%A9gico%20Nacional%20do%20Turismo.pdf>].

Está hoje provado que reabilitar edifícios de valor histórico é, além de altamente valorizador da identidade local/nacional/regional, um factor de criação de emprego (arquitectos, decoradores, engenheiros, arqueólogos, historiadores, operários) e de poupança de recursos materiais¹¹. No fundo, os edifícios vetustos são reciclados, reutilizados e transformados em imóveis úteis, vivos e “produtivos”.

Gostaria de salientar os exemplos de casos de sucesso que julgo que deverão ser optimizados e potencializados. Começo pelo caso de Santa Maria do Bouro – mosteiro cisterciense situado no maciço da Serra do Gerês, cuja recuperação e revalorização resultou na edificação de uma pousada histórica¹² de elevado valor turístico, onde a decoração contemporânea e a identidade moderna do edifício resultam num casamento perfeito. Trata-se de um caso em que foi possível conciliar dois interesses que estão longe



Aspecto do auditório da Pousada de Santa Maria do Bouro

de ser antagónicos: a manutenção da fisionomia, do carácter da construção original e o seu aproveitamento económico. Por outro lado, o visitante que não se encontre alojado neste empreendimento, continua a ter acesso à igreja conventual e a todo o complexo – classificado como monumento nacional. Desta forma, salvaguarda-se

o usufruto do bem cultural pela totalidade dos interessados e a necessária e restrita privacidade dos clientes da pousada.

Outro caso de sucesso é a grande Abadia de Tibães, cabeça da Ordem Beneditina em Portugal e importante potentado monástico. Obras profundas da reabilitação do edifício entre 2006 e 2008¹³ permitiram que, neste último ano, aqui se realizasse a XXIII cimeira luso-espanhola entre os dois governos ibéricos. Por outro lado, o Mosteiro está agora dotado de instalações capazes de receberem os turistas e tem já plenamente constituída uma comunidade monástica internacional de carmelitas (família missionária de “*Donum Dei*”, fundada em 1950) com cerca de 15 religiosas. A hospedaria poderá receber cerca de 50 hóspedes. Apesar de a notícia do

¹¹ Veja-se a este propósito a recente Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 20 de Agosto, em que se refere que “*na diversidade de formas e manifestações que fazem a sua riqueza, o património cultural imóvel constitui um testemunho com valor de civilização, portador de interesse cultural relevante e esteio da independência e da identidade nacionais, pelo que é instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana*” (http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MC/Documentos/Pages/20090821_MC_Doc_Cheque_Obra.aspx)

¹² [URL: <http://www.pousadas.pt/historicalhotels/PT/pousadas/Portugal/Norte/SantaMariadoBouro/home/>].

¹³ Ver o sítio oficial, com a descrição do vasto programa de trabalhos em <http://www.mosteirodetibaes.org/>

JN falar de um investimento directo do Estado de cerca de 5 milhões de euros, a autarquia bracarense garante que o custo total atingiu os 15 milhões de euros¹⁴...



Aspecto da Biblioteca e da Hospedaria do Mosteiro de São Martinho de Tibães

Depois de dois exemplos felizes, aproveito para dar conta de um caso urgente e verdadeiramente preocupante – a situação visivelmente degradante do Mosteiro de Rendufe¹⁵. Historicamente um dos mais importantes mosteiros beneditinos portugueses – pela dimensão das suas rendas e pelo peso do seu domínio regional – este imóvel tem prometidas, desde 2007 (apesar de haver projectos de reabilitação arquitectónica desde 2001¹⁶), obras de recuperação negociadas entre a Câmara Municipal de Amares e o



Vista da Igreja do Mosteiro de Santo André de Rendufe e do edifício conventual, em degradação

¹⁴ Blog do Município de Braga [URL: <http://municipiobraga.blogspot.com/2009/09/eis-tibaes-o-mosteiro-15-milhoes-de.html>].

¹⁵ Sobre o estado de conservação do Mosteiro ver [URL: <http://videos.sapo.pt/uSUAkEUYp8TS-QDpYzbgg>].

¹⁶ Fernando Sanchez Salvador e Margarida Gonçalves Nunes foram os responsáveis pelo projecto de 2001 [URL: http://fssmgn.com/projecto/mosteiro_de_rendufe].

Estado Português, com vista à transformação do edifício conventual num grande centro de eventos do concelho, que desenvolva e amplifique as realizações dos amarenses. Acontece que, no adro do Mosteiro está uma placa “evocativa” deste compromisso, há já 2 anos e obras nada...

Faço minhas as palavras de Tiago Laranjeiro, no seu blog *Mater Matuta*: “*Hoje em dia, pouco nos faz lembrar as glórias passadas daquele edifício: apenas a fachada, imponente, nos recorda da importância daquele mosteiro para a vida da região. Todo o conjunto necessita de intervenção. O espaço do antigo cenóbio foi todo consumido num incêndio. Mesmo na fachada da igreja são claros os sinais de degradação, basta reparar numa das torres sineiras e ver que parte dela desabou. Em conversa com uma senhora da freguesia, soube que apenas é possível visitar a igreja no horário da missa, pois foram muitos os assaltos que o edifício sofreu*”¹⁷. As palavras são de Abril de 2009 – esperemos que os processos eleitorais recentes tenham feito avançar este “dossier”... a bem do património histórico português ...

Uma última palavra para uma realidade que torna, hoje, mais fácil a dinamização e operacionalização desta *rota monástica*: os núcleos conventuais, hoje particulares, mantêm, numa parte dos casos, uma actividade hoteleira ou turística que pode permitir dar à rede um sentido marcadamente articulado em prol da grande indústria turística. Destacamos o caso do Celeiro dos Cónegos, na Quinta do Mosteiro de Moreira da Maia¹⁸ – um espaço onde se realizam banquetes e outros eventos e em que a estrutura do celeiro e da adega é hoje espaço de realização de casamentos, baptizados e outros eventos que possibilitaram a recuperação deste património histórico. O mesmo se passa na Quinta do Mosteiro de Pombeiro¹⁹, ainda que neste caso de tenha optado por uma reabilitação mais “vanguardista” e de traça moderna, mas com os mesmos propósitos de Moreira. Célebre é também em todo o país o hotel de qualidade instalado no Convento de São João de Alpendurada, onde se têm, aliás, realizado numerosos eventos como ceias medievais, festas de natal, carnavais, etc...

Quanto à produção de vinho verde que mantém a “personalidade” monástica: vejamos o caso do premiado vinho “*Camélia*” que, nas terras do Mosteiro Agostinho de Landim²⁰, dá continuidade a uma larga tradição vinícola que, persistentemente, continua a brindar os consumidores com belas experiências degustativas. De igual forma, há marcas registadas que apresentam na sua imagem símbolos que indiciam o passado monástico da sua produção – destaque o caso do vinho “*Conde de São Bento*”²¹, que orgulhosamente ostenta o Mosteiro de São Bento de Santo Tirso

¹⁷ LARANJEIRO, Tiago – *Mosteiro de Rendufe*. In Blog “*Mater Matuta*” (consultado em 3 de Novembro de 2009) [URL: <http://matermatuta.blogspot.com/2009/04/mosteiro-de-rendufe.html>].

¹⁸ *Celeiro dos Cónegos* (Quinta do Mosteiro, Moreira da Maia) [URL: <http://www.celeirodosconegos.com/>].

¹⁹ *Quinta do Mosteiro de Pombeiro* [URL: <http://www.quintamosteiro.com/>].

²⁰ *Mosteiro de Santa Maria de Landim* [URL: <http://www.mosteirodelandim.pt/default.asp>].

²¹ O vinho é produzido pelos alunos da *Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento*, de Santo Tirso [URL: <http://www.ep-agricola-conde-s-bento.rcts.pt/index2.htm>].

no seu rótulo e a marca “*Tapada dos Monges*”²², de Fafe, que recorda o labor vinícola dos múltiplos cenóbios que povoam o Vale do Ave. Isto para não falar do famoso “*Licor de Singeverga*”²³, que torna esta comunidade célebre em toda a Europa do Vinho...

No fecho da nossa apresentação não podíamos ter encontrado melhor apelo que formulado por José Augusto Maia Marques, nesta casa, há precisamente um ano atrás: “*E é preciso fazer tão pouco. Basta juntarmo-nos, todos aqueles que se interessam, investigam, reflectem e trabalham no meio, à volta de uma mesa para trabalhar em conjunto. Para partilhar, que é algo que no nosso país é prática recente e ainda não completamente arraigada. E os saberes e patrimónios do vinho falarão por si, e contribuirão, decisivamente, para a sustentabilidade do enoturismo e do turismo em espaço rural*”²⁴.

Como se vê, o caminho é largo e promissor. Haja vontade e empenho dos vários actores regionais e centrais na construção deste belo projecto que é a “*rota do vinho verde nos mosteiros de Entre Douro e Minho*”...

²² [URL: <http://www.cvrvv.pt/PT/vinhoverde/marcas/bin/uma-marca.asp?codigo=208>].

²³ *Mosteiro de Singeverga* [URL: <http://www.mosteirodesingeverga.com/>].

²⁴ MARQUES, José Augusto Teixeira Maia – *Saberes e patrimónios do vinho: para a sustentabilidade do enoturismo e do turismo em espaço rural*. In “Enoturismo e turismo em espaço rural” – actas das I Jornadas Internacionais de Turismo. Maia: ISMAI e APHVIN/GEHVID, 2009, p. 349.

